

Os incêndios em Portugal em 2016 - algumas reflexões a partir da Sociologia e da comunicação do risco

José Manuel Mendes (jomendes@fe.uc.pt)

Coordenador do Observatório do Risco (OSIRIS), Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

12 de agosto de 2016

Uma correta análise dos incêndios florestais de agosto de 2016 em Portugal como fenómeno social e comunicacional implicará a aplicação de uma abordagem a partir da sociologia das controvérsias, identificando quem ocupou o espaço público, com que argumentos, com que objetivos e com que efeitos. Esse exercício fica reservado para outra ocasião, atendo-me aqui a algumas reflexões sobre o que dizem os incêndios de 2016 sobre a sociedade portuguesa.

Parto da premissa que as situações extremas revelam como funcionam as instituições. As situações extremas devem ser analisadas como indiciadoras de um tipo de Estado, de um tipo de contrato social e de uma sociedade civil, e da capacidade de mobilização das pessoas, dos grupos sociais e das comunidades.

Começemos pela estratégia da comunicação de risco e dos erros básicos cometidos.

Episódio 1 - O Comandante Operacional Nacional (CNOS) da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) realiza na sede desta instituição um briefing operacional referente à fase Charlie - Julho, a 2 de agosto de 2016. Sendo estranho uma avaliação operacional quando se está ainda a meio da fase Charlie, mais surpreendente é o tom triunfal adotado, relacionando-se o número de ocorrências acima da média do decénio com a menor área ardida e a existência de zero vítimas entre os operacionais. Qual o objetivo deste briefing? Dar uma sinal de tranquilidade às populações e/ou aos operacionais? Reforçar a legitimidade do CNOS numa nova fase política em que este está no cargo de forma temporária, em regime de substituição, até outubro de 2016?

Com o CNOS e muitos dos comandantes operacionais em regime temporário, e já circulando informação no espaço público que serão substituídos (ver jornal Público de 28 de julho de 2016, cuja notícia se intitulava *Reorganização na Protecção Civil após o Verão*), qual o grau de confiança nas instituições e da motivação no trabalho? A confiança organizacional e institucional, e a capacidade operacional, não se solidifica com pessoas e estruturas a prazo.

Por outro lado, sendo o CNOS um operacional experimentado e com um trabalho realizado durante o seu mandato reconhecido pelos seus pares, como foi aconselhado a fazer este briefing de julho tendo já informação meteorológica preocupante para a quinzena que se avizinhava?

Episódio 2 - Tendo-se multiplicado os incêndios e as situações de grande preocupação, com populações, povoações, vilas e cidades em risco, assistimos à rutura completa de todo o sistema de comunicação do risco, como já não se via há muito e atirando-se fora todas as lições aprendidas nos últimos anos. Jornalistas em reportagem para além das ultimas viaturas dos bombeiros, segurando mangueiras e apagando focos de incêndio; comandantes de corpos de bombeiros, fora da linha de comando, criticando a ausência de meios aéreos, e tentando pressionar as hierarquias através da comunicação social; autarcas (Presidentes de Câmara e Presidentes de Junta) denunciando situações de descoordenação na linha de comando e de autoridade da Protecção Civil; e, no caso da Madeira, numa reedição de 2010 aquando dos aluviões, forças policiais apagando fogos, correndo desalmadamente, etc.; e, por último, dezenas de imagens de bombeiros intoxicados, o que transmite insegurança ao público em geral.

Episódio 3 - A rutura da autoridade do estado, uma situação muito perigosa.

Durante dias foi premente a ausência do Presidente da República, do Primeiro-Ministro e da Ministra da Administração Interna. Ficámos reduzidos à presença do Secretário de Estado da Administração Interna na comunicação social, Jorge Gomes, por sinal um especialista na matéria, insinuando pela presença de mão criminosa nos

incêndios, apelando de forma inconsequente à vigilância e ao bom comportamento das populações, e já no dia 11 de agosto, anunciando que o pior estaria para vir.

A ausência do Estado ficou perigosamente demonstrada numa reportagem em direto no Jornal das 8 da TVI de 9 de agosto de 2016. Pelas 20h22m entrou no ar uma reportagem que mostrava uma população a fazer contrafogo. Uma senhora afirmou que tiveram sucesso porque o vento estava a soprar para o lado que já tinha ardido. "Há 6 anos não conseguimos fazer porque o vento estava para cá". Essa imagens únicas na Europa, mostravam à sociedade comunidades deixadas ao seu destino, aplicando saberes adquiridos noutras situações, longe de qualquer enquadramento institucional, legal ou operacional.

Episódio 4 - O regresso do Primeiro-Ministro e a assunção da autoridade do Estado ficaram marcados por uma visita à sede da ANPC, acompanhado da Ministra da Administração Interna. Assistimos na comunicação social a mais um briefing operacional do CNOS. Mas, sabendo nós que o Primeiro-Ministro se faz rodear de bons assessores e de especialistas da comunicação, como foi possível ver em projeção atrás do espaço onde decorria a conferência de imprensa, em letras garrafais o nome do CNOS e os logótipos da ANPC, etc? Quem era a autoridade ali? Era a ANPC um Estado dentro do Estado? Estes pequenos pormenores indiciam a quebra da linha de autoridade e um governo a reboque dos acontecimentos.

Agora, numa componente mais sociológica, de que serve fazer o apelo à participação e ao envolvimento das populações se os planos municipais e distritais de emergência são elaborados, discutidos e aprovados sem qualquer envolvimento da população. Sabemos, por vários estudos realizados no Observatório do Risco (OSIRIS), que o planeamento de emergência é feito numa lógica burocrática e de cima para baixo, sem qualquer lógica ou tradição de participação pública. As metodologias participativas e de coresponsabilidade estão completamente afastadas do processo. Mais, os planos não contêm nem mobilizam qualquer cartografia das populações vulneráveis ou qualquer estudo ou integração da vulnerabilidade social.

E, embora saibamos que 90% da população portuguesa, segundo dados dos Censos de 2011, habita na faixa litoral de Viana do Castelo a Vila Real de Santo António, e que por isso mesmo será muito difícil implementar uma política de gestão da floresta com a real participação das populações, que mantêm muitas das suas habitações para residência secundária, os trabalhos e teses realizados no Observatório do Risco mostram que **quanto maior é a densidade populacional, mais se verifica a ocorrência de incêndios florestais**. É importante realçar que as freguesias que apresentam maior densidade populacional são as freguesias urbanas e periurbanas que também contam com grandes manchas florestais nos seus territórios e, por conseguinte, com maior registo de ocorrências de incêndios florestais. É na zona de interface urbano-rural, e em consequência da urbanização descontrolada, que se verificam os corredores de incêndio florestal.

Também a nível de estudos sociológicos sobre os corpos de bombeiros realizados no OSIRIS, um primeiro no distrito de Coimbra e publicado em 2008 (*Caracterização sociográfica das instituições de emergência e socorro e percepção do risco no distrito de Coimbra*), e um segundo realizado na Região Autónoma dos Açores e publicado em 2015 (*Estudo sobre os corpos de bombeiros da Região Autónoma dos Açores: práticas e representações*), temos informação relevante para avaliar o modelo de proteção civil instituído em Portugal.

No caso de Coimbra, 54,5% dos inquiridos concordaram com a ideia de existência de uma crise no regime de voluntariado nos bombeiros. Sobre os motivos para tal, 28,6% referiu a dificuldade de compatibilizar o exercício do voluntariado com os horários de trabalho, e 26,6% referiu a falta de compreensão das entidades patronais. 77,2% dos inquiridos eram favoráveis à existência de uma carreira profissional nos corpos de bombeiros.

No caso dos Açores, e para um período temporal mais recente, 82,6% dos entrevistados afirmou concordar com a existência da crise do voluntariado nos corpos de bombeiros, tendo 84,9% manifestado-se a favor da profissionalização dos corpos de bombeiros.

Concluímos, por estes dados, que os atuais e antigos responsáveis na Liga dos Bombeiros Portugueses não podem afirmar que quanto aos corpos de bombeiros voluntários se atingiu um nível em que há praticamente pouco a fazer.

Por último, assiste-se na sociedade portuguesa a uma situação peculiar que é a existência de uma cultura do fogo, consagrada institucionalmente na chamada época dos fogos. Ou seja, a população, rural e urbana, habituou-se, nas suas práticas quotidianas ou no período de lazer a lidar com o fogo e com situações ligadas ao fogo. Dou só um pequeno exemplo vivido por mim em abril de 2015. Num torneio de futebol infantil em Albergaria-a-Velha em que participou um dos meus filhos, assistimos a um enorme fogo florestal a lavar junto da cidade, das povoações e do estádio onde decorria o evento desportivo. Este, que se iniciara logo de manhã, decorreu normalmente até ao final da tarde, sempre acompanhado do fumo e do rodopio dos helicópteros e dos aviões. Os pais dos jovens atletas saíram para almoçar passando literalmente por cima das mangueiras dos bombeiros que abasteciam os autotanques nas imediações, voltando depois do almoço e, após terem ido ver o fogo sobre um passadiço na via rápida, para estacionar de forma caótica entre viaturas da GNR, dos bombeiros, da força dos canarinhos, etc. A única preocupação dos pais era que todo aquele aparato não permitisse que se assistisse às finais dos vários escalões de jovens presentes. O resto do incêndio acompanhámos sentados confortavelmente nos nossos sofás já em casa, tomando conhecimento das estatísticas inúteis que nos são fornecidas, como a área ardida, número de operacionais e de meios envolvidos.